



Estados autoritários e totalitários e suas representações

Coordenação

Luís Reis Torgal
Heloísa Paulo

Coimbra • 2008

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

**PROPAGANDA NO ESTADO NOVO
E OS CONCURSOS DE LITERATURA COLONIAL
O CONCURSO DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS / ULTRAMAR
(1926-1974)**

Uma das melhores formas de despertar o interesse pelo património colonial foi sem dúvida a literatura. De facto este meio permitiu que algumas das gerações de portugueses tivessem tido um conhecimento mais aprofundado do valor das suas possessões ultramarinas. Não se compreendia como um país que vivia há séculos de aventuras marítimas e do contacto com outras civilizações ditas exóticas pudesse continuar a deter até ao início do século XX, exceptuando-se a narrativa de viagens dos séculos XV e XVI, uma literatura tão pouco interessada nos enquadramentos paisagísticos e humanos tropicais. O desinteresse por um manancial de valores humanos tão ricos foi tal que nos poderia levar a supor que dum povo com uma formação antropológica tão complexa e diversa, com uma geografia física especialmente virada para o mar e com uma história particularmente rica no enfrentar de novas situações, tivesse havido um comportamento literário tão pouco produtivo face à riqueza e imensidade das fontes de inspiração.

Foi no contexto desta carência literária que a Agência Geral das Colónias se decidira pela utilização de mais esta estratégia de propaganda do Portugal Ultramarino, tomando a iniciativa de promover anualmente um Concurso de Literatura Colonial, suportado jurídica e politicamente pelo Ministério das Colónias, de acordo com a Portaria n.º 4.565, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 10, de 12 de Janeiro de 1926¹. A referida Portaria fazia algumas considerações preambulares importantes sobre a filosofia política subjacente a esta iniciativa ministerial de divulgação da cultura imperial até então pouco reconhecida e considerada mesmo, no âmbito de pressupostos próximos de um exotismo paisagístico e humano, muito comum à perspectiva etnocêntrica das metrópoles colonizadoras. E esta cultura imperial teria de passar pelo destaque a ser dado a uma educação literária assente na divulgação da língua e literatura portuguesas, valores que continuariam a testemunhar esta presença nesse espaço geográfico tão diverso de dominação. Entre outros argumentos, o legislador acentuava a necessidade

¹ Vide “Serviços da Agência Geral das Colónias – Concurso de Literatura Colonial”, in: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Janeiro de 1926, n.º 7, p. 169.

de “intensificar por todos os meios a propaganda das nossas colónias e da obra colonial portuguesa... considerando que este género de literatura está muito pouco desenvolvido entre nós, provavelmente por falta de estímulo e iniciativa”².

Este projecto não visava somente o incentivo da cultura colonial, mas também deveria servir de estímulo à leitura, tendo em conta que apesar da nossa literatura ter valores de projecção universal, como Luís de Camões, Eça de Queirós e Fernando Pessoa, o português não tinha sido por excelência um povo literário. Nesse sentido o Ministério da Instrução, uma outra entidade estatal que apoiava este certame, propusera uma verba no seu orçamento destinada à aquisição de um número significativo de exemplares das obras premiadas que poderia alternar entre 500 a 1.000 exemplares, a serem distribuídos pelos diferentes estabelecimentos de ensino público, da Metrópole e do Ultramar. Para apoiar a estrutura onerosa de uma realização como esta, contava também a Agência Geral das Colónias com o apoio de outras instituições, nomeadamente empresas e companhias coloniais que se prestavam a fazer doações pecuniárias que pudessem cobrir os valores financeiros inicialmente previstos para a atribuição dos prémios. E a adesão a este projecto foi significativa, pois cinco meses depois da promulgação no *Diário do Governo* do regulamento deste certame literário já a Agência detinha os montantes financeiros necessários para cobrir os dois primeiros prémios, dos três inicialmente previstos pela Portaria do Ministério das Colónias³.

De entre os subscritores que contribuíram com um montante de 1.000\$00 destacaram-se o Banco Nacional Ultramarino, a Companhia dos Diamantes de Angola, a Companhia do Petróleo de Angola, a Companhia do Príncipe e a Sociedade Agrícola Vale Flor. Com um montante inferior de apenas 100\$00 sobressaíram duas companhias, a do Caminho-de-Ferro de Benguela, em Angola, e a do Búzi, em Moçambique, perfazendo o total dessas contribuições pecuniárias a quantia de 7.250\$00, quantia suficiente para cobrir o valor dos dois prémios inicialmente estipulados, mas insuficiente para cobrir a atribuição de um terceiro prémio ou ainda de um prémio *exaequo*, situação muito comum de encontrar nestes certames de literatura. O júri deste primeiro concurso literário presidido pelo dr. Artur Tamagnini Barbosa, em representação do Director Geral dos Serviços Centrais do Ministério das Colónias, integrava ainda o dr. Francisco Reis Santos, da Sociedade de Geografia de Lisboa, o major Leite de Magalhães, em nome das empresas subscritoras dos prémios⁴, o dr. Sousa Costa, pelo Ministério da Instrução, os dr.s Fidelino de Figueiredo e Coelho de Carvalho, pela Academia de Ciências, e o dr. Armando Cortesão em nome da Agência Geral das Colónias.

² *Idem, Ibidem.*

³ Os prémios previstos, pelo artigo 4º, da Portaria 4: 565, deveriam ser respectivamente de 5.000\$00 e 2.500\$00 para os dois primeiros classificados, podendo no entanto o júri vir a aumentar o valor pecuniário dos mesmos, ou em alternativa criar ainda um terceiro prémio. *Idem, “Serviços da Agência Geral...”, Ibidem, Boletim n.º 7, Janeiro de 1926, p. 170.*

⁴ A lista dos subscritores para o “Concurso de Literatura Colonial” foi entretanto acrescida com mais as seguintes empresas: Companhia Agrícola Ultramarina, com 500\$00; Companhia do Boror, com 500\$00; Companhia do Cazengo, com 200\$00; Henrique de Mendonça, com 100\$00; casa Penry Burnay & Ca, com 100\$00. Deste modo, as contribuições financeiras para este prémio da Agência Geral das Colónias foram aumentadas em mais 1 400\$00, o que perfazia, na totalidade, a quantia de 8 650\$00. *Vide “Serviços da Agência Geral das Colónias – Primeiro Concurso de Literatura Colonial”, Boletim n.º 14, Agosto de 1926, pp. 157-158.*

Postas em análise as obras a concurso, foram votadas para o 1.º prémio no valor de 5.000\$00 a obra de Gastão de Sousa Dias, *África Portentosa*, tendo o 2.º prémio de 2.500\$00 sido atribuído à obra de Manuel Brito Camacho, *Pretos e Brancos*⁵. Após a distribuição dos prémios pecuniários deste primeiro concurso literário tinha ficado um saldo positivo de 1.650\$00, valor que o júri deliberou endossar ao Agente Geral das Colónias para o empregar conforme o uso mais conveniente na divulgação do próximo evento literário⁶.

Dos premiados nestas seis edições em que o dr. Armando Cortesão foi responsável pela Agência Geral das Colónias⁷, deveremos destacar a figura de um dos autores mais reconhecidos neste Concurso, Julião Quintinha. Autodidacta, começara por ser operário na sua terra natal, Silves, e mais tarde fundara um semanário de grande circulação, o *Alma Algarvia*. E foi numa longa e extenuante viagem profissional que demorara mais de dois anos às colónias portuguesas e inglesas de África ao serviço do *Jornal da Europa*, que tivera oportunidade de publicar reportagens dos aspectos que tinha visto em S. Tomé, Angola, Moçambique, Egipto e União – Sul – Africana, e encontrar a inspiração literária para num tão curto espaço de tempo conseguir arrecadar três prémios, em diferenciados concursos de literatura organizados pela Agência Geral das Colónias. Aliás, o dr. Armando Cortesão num artigo que escrevera para o *Boletim*, a propósito deste “Quinto Concurso de Literatura Colonial”, prestava-lhe homenagem por este feito, salientando que “Julião Quintinha, um dos maiores valores do jornalismo e da literatura colonial portuguesa, veio pela terceira vez ao Concurso de Literatura Colonial. No terceiro Concurso, em 1928, conquistou o terceiro prémio com a sua *África Misteriosa*; no quarto, em 1929, obteve o segundo prémio *exaequo* com Augusto Casimiro e o seu *Oiro Africano* que constituía a segunda parte da *África Misteriosa*; agora, alcançou triunfalmente o primeiro prémio com o seu admirável livro *A Derrocada do Império Vátua*. Não será isto a sua definitiva consagração como escritor colonial?”⁸

Com a segunda fase do Concurso de Literatura Colonial, a partir de 1932, em pleno emergir do Estado Novo, a estratégia política era outra e como prova desse facto estava a perda da autonomia financeira da Agência Geral das Colónias a favor do Ministério das Colónias, agora tutelado por um ministro da confiança política do dr. Oliveira Salazar, o dr. Armino Monteiro. Também o lugar de Agente Geral das Colónias perdeu poderes, tendo o tenente-coronel Garcez de Lencastre, o novo Agente escolhido pelo ministro Monteiro passado a ter menos condições para “governar” este

⁵ *Idem, Ibidem.*

⁶ Acta elaborada no dia 29 de Julho de 1926 e que recomendava ao Ministério da Instrução a distribuição pelas Escolas dos livros premiados de Sousa Dias e Brito Camacho. Quanto ao saldo de 1.650\$00 seria empregue em prol de uma maior divulgação deste evento colonial. *Vide* “Acta” in: *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Agosto de 1926, n.º 14, p. 157.

⁷ Entre 1926 e 1932, período em que o dr. Armando Cortesão esteve á frente da Agência Geral das Colónias, foram cinquenta e cinco os trabalhos submetidos a este certame literário, e distribuídos prémios no montante de mais de 50.000\$00. *Vide* “Concurso de Literatura Colonial” in: *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, Novembro de 1931, n.º 77, de Novembro de 1931, pp. 148 -149, especialmente p. 148.

⁸ *Vide* “Quinto Concurso de Literatura Colonial” in: *Boletim da Agência...*, Ano VII, Abril de 1931, n.º 70, pp. 161-167, especialmente p. 162.

departamento de propaganda, nomeadamente na restrição do mandato para quatro anos, na ausência de qualquer função na administração e na redacção do periódico da instituição⁹, e com uma mera participação simbólica na presidência dos júris dos “prémios literários” instituídos por esta Agência, mas sem a possibilidade de emitir qualquer parecer sobre as obras a concurso. A grande alteração no regulamento desta segunda fase do Concurso de Literatura Colonial foi a criação de três categorias de prémios, de acordo com os géneros literários que se pretendiam realçar e promover. Assim, as modalidades a concurso passaram a ser as seguintes: 1.^a categoria: obras que se inserissem no campo do conto, ficção, narrativa, novela, relato de aventuras, romance; 2.^a categoria: tinha a ver com obras sobre biografias, etnografia, história e viagens; 3.^a categoria: todo o tipo de obras que se integrassem na “literatura científica”.

Pela redacção do regulamento verificava-se que as duas primeiras categorias não tinham problemas sobre o âmbito e conteúdos que se pretendiam premiar. A dúvida surgiria no entanto na 3.^a categoria, quando se intentava premiar obras e conteúdos ligados à “literatura científica” colonial. Na verdade o que era esta “literatura”? Um género literário que evocava e dava visibilidade a um determinado tipo de obras com carácter positivista e experimentalista? E que obras eram essas? Esta foi provavelmente a interrogação que durante as dezoito edições realizadas entre 1933 e 1951 o júri mais pusera em relevo, para apurar as obras que pretendia e deveria destacar. Mas por falta de concorrentes e/ou de critérios para estabelecer o limite e o estatuto desse género literário, o que é facto é que nesse hiato de tempo apenas foram premiadas cinco obras, o que provocara um *déficit* de escolha nas treze das edições do Concurso em que o prémio da 3.^a categoria ficara por atribuir¹⁰.

Dessas cinco obras galardoadas, poderemos referir que os prémios foram repartidos entre Angola e Moçambique, com duas obras para cada uma dessas colónias, e a Guiné, apenas com uma. Assim, no IX Concurso, do ano de 1935, as obras premiadas sobre Angola foram as seguintes: *Angola Intangível*, de Alberto de Almeida Teixeira (1.^o prémio) e *Gramática de Quimbundo*, de José Quintão (2.^o prémio); sobre Moçambique as obras distinguidas foram: *Gramática de Língua Chope* (1.^o prémio), de Luís Feliciano dos Santos, na edição do XVI Concurso, de 1942, e, do mesmo autor ainda, *Dicionário Português-Chope e Chope-Português* (1.^o prémio), na edição do XXIV Concurso, de 1950; e, finalmente, já no último ano em que este modelo de concurso esteve vigente, 1951, na edição XXV, era premiada uma obra sobre a Guiné, de João Leal da Silva Tendeiro,

⁹ A denominação do periódico passou, a partir de 1932, de *Boletim da Agência Geral das Colónias*, para *Boletim Geral das Colónias*, facto que Alberto Oliveira Pinto atribuía ao menor peso que a “Agência” passava a ter neste periódico, para além do mesmo passar a superintender a acção de cada um dos *Boletins Oficiais* de cada colónia, facto que até então competia exclusivamente aos Governos da cada uma dessas parcelas tropicais. De acordo com os artigos 40.^o, 41.^o, 42.^o, 43.^o, 44.^o e 45.^o, da parte VI do referido Decreto 21.001, de 14 de Março de 1932, o *Boletim* era caracterizado como um órgão de defesa e propaganda dos interesses do império colonial português. Vide Alberto Oliveira Pinto, “O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951). Colonialismo e Propaganda” in: *Clio*, revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Nova Série, Volume 7, 2002, pp. 191-256, especialmente p. 209.

¹⁰ Vide “VII Concurso de Literatura Colonial – Actas das reuniões dos júris” in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, Agosto-Setembro de 1933, n.ºs 98-99, pp. 97-101, especialmente pp. 100-101.

com o título *Estudos sobre o Tifo na Guiné Portuguesa* (1.º prémio)¹¹. De notar que este prémio sobre um estudo médico aparecia seis anos depois do comandante Sarmiento Rodrigues ter sido empossado como governador da Guiné, tendo por sua iniciativa sido fundado o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa que congregou à volta do seu órgão principal, o *Boletim Cultural da Guiné*, nomes como António Carreira, James Walter e Teixeira da Mota¹².

Nesta segunda fase de vida da Agência Geral das Colónias, entre 1932 e 1951, conhecida também pela fase “do Império”, a figura que viria a emergir como das mais premiadas no concurso literário da Agência era a de um militar que trinta anos mais tarde viria a protagonizar algumas das acções mais rocambolescas da oposição contra o regime que havia servido convictamente, desde os primeiros momentos da sua constituição. Estamos a referir-nos à figura controversa de Henrique Galvão que agora, nesta fase, se sobrepunha à influência que neste Concurso Julião Quintinha havia tido anteriormente, com três prémios conquistados. A ligação do militar ao certame da Agência Geral das Colónias remontava ao ano de 1929, aquando da realização da quarta edição deste evento literário, tendo na altura apresentado à consideração do júri um livro de crónicas, a que simbolicamente pusera o título de *Em Terra de Pretos*, e que resultara de uma série de impressões que recolhera entre 1927 e 1929, durante a estadia em Angola, possessão para onde fora deportado depois da conspiração que conjuntamente com Fidelino de Figueiredo e Filomeno da Câmara, o chamado grupo dos “fifis”, intentara contra o general Óscar Carmona, em Agosto de 1927.

A estreia de Galvão como concorrente neste evento literário não foi a mais auspiciosa, não só porque o primeiro prémio desta quarta edição não foi atribuído, como ainda a sua obra *Terra de Pretos* foi excluída, conjuntamente com mais outras três¹³. Também um dos elementos do júri, por sinal o responsável pela entidade organizadora, o dr. Armando Cortesão, teceu fortes críticas ao conteúdo deste livro, acusando o seu autor de revelar alguns sentimentos de cepticismo, negativismo e pouca confiança na obra produzida pelos portugueses em África, aspectos que o dr. Cortesão, na altura da internacionalização dos mandatos, considerava mesmo de estímulos nefastos contra o sentimento pátrio de afirmação da nacionalidade lusitana. E em artigo para o periódico que dirigia fez um resumo do que se passara no “quarto concurso de literatura colonial”, nomeadamente sobre o conteúdo das doze obras em apreciação. Sobre a obra *Em Terra de Pretos*, discorria ironicamente sobre o fatalismo e o espírito niilista que caracterizava a “alma” portuguesa. A esse respeito, afirmava: “Este livro,

¹¹ Vide “Concursos de Literatura Ultramarina” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, pp. 35-41. Também, Alberto Oliveira Pinto, “O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951)...” *ob. cit.*, pp. 209-210.

¹² Leopoldo Amado, “A Literatura Colonial Guineense” in: <http://www.institutocamões.pt>, pp.1-18, especialmente p. 15.

¹³ Juntamente com a obra de Henrique Galvão foram ainda excluídas neste IV Concurso de Literatura Colonial as seguintes obras: *Amor no Degredo e Dedicção*, de Sousa Nunes; *Os Aventureiros da Selva*, de J. Amaral Júnior e J. Fidalgo dos Santos; *Episódios da Zambézia*, de Francisco Gavicho de Lacerda. Vide “Acta da reunião do Júri” in: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VI, Janeiro de 1930, n.º 55, pp. 163-165, especialmente p. 163.

que o sr. Henrique Galvão trouxe ao concurso, devia ser lido com acompanhamento do fado, a música mais negativa e derrotista que conheço”¹⁴.

Mau grado as críticas e a desclassificação que a sua obra sofrera no IV Concurso de 1929, Henrique Galvão voltara a concorrer, dois anos depois, no VI Concurso de 1931, com a obra *O Velo d'Oiro*. Neste novo enredo passado também em Angola, Galvão socorria-se de uma estória sobre a colonização africana e sobre os preconceitos que perpassavam pela mente de muitos portugueses sobre esse lugar mítico da geografia expansionista lusa. Segundo o narrador, essas duas ideias feitas sobre África até ao início do Estado Novo tinham a ver, por um lado, com doenças e degredados, e por outro, com a procura de tesouros e “velos d'oiro”, quando a verdadeira riqueza estaria na fertilidade da terra que propiciaria uma agricultura mais avançada e com isso a instalação de mais colonos europeus nesses territórios. Este paradigma menos derrotista sobre a colonização branca em África levaria o júri do Concurso de 1931 a premiar, *ex aequo*, a obra *O Velo d' Oiro* do tenente Galvão, conjuntamente com *O Caminho do Oriente* e *Poetas e Prosadores*, respectivamente da autoria de Jaime do Inso e José Ferreira Martins¹⁵. Mimoso Moreira, colaborador da Agência, escrevera no jornal *A Província de Angola*, de 30 de Dezembro de 1931, um artigo sobre as obras premiadas nessa VI edição, salientando, a propósito do *Velo d' Oiro*, que era uma obra que tinha “...poder descritivo, equilíbrio e boa análise, prendendo o leitor à sua leitura e deixando uma impressão otimista, criadora”¹⁶.

Apesar de premiado, Galvão recusou o prémio invocando uma cláusula consignada no diploma que legitimava o novo regulamento que viria a ser promulgado um mês depois da divulgação dos resultados, em 14 de Março de 1932, e que no parágrafo único do artigo 52.º dava a possibilidade de excepcionalmente, no Concurso a realizar em 1933 (o VII Concurso), aos concorrentes que não tivessem obtido qualquer prémio, ou àqueles que, embora tivessem obtido um prémio, em tempo oportuno tivessem declarado não aceitar a decisão do júri, a possibilidade de voltar a concorrer com a mesma obra, no ano imediato. E fazendo jus ao aforismo de que “não há duas sem três”, em 1933, no VII Concurso, por sinal o primeiro com um regulamento já aprovado pelas autoridades do Estado Novo, depois de em 1932 não se ter realizado qualquer Concurso, o tenente Henrique Galvão acabaria por arrebatá-lo o primeiro prémio, na primeira categoria, com a referida obra sobre a colonização portuguesa no sul de Angola¹⁷.

No VIII Concurso de Literatura Colonial, realizado em 1934, este militar voltaria a concorrer aos prémios da 1.ª e 2.ª categorias da Agência Geral das Colónias com

¹⁴ A.Z.C., “Quarto concurso de literatura colonial”, *Ibidem, Boletim da Agência...*, Ano VI, Janeiro de 1930, n.º 55, pp. 158-163, especialmente p. 162.

¹⁵ Vide “VI Concurso de Literatura Colonial”, *Ibidem, Boletim Geral das Colónias...*, Ano VIII, Agosto/Setembro de 1932, n.ºs 86/87, pp. 140-142.

¹⁶ Mimoso Moreira, “Acerca dos concursos de Literatura Colonial” in: *A Província de Angola*, Luanda, 30 de Dezembro de 1931.

¹⁷ Vide “VII Concurso de Literatura Colonial-Actas das reuniões dos júris” in: *Boletim Geral das Colónias...*, Ano IX, Agosto/Setembro de 1933, n.ºs 98/99, pp. 97-101.

mais duas obras, respectivamente *Da Vida e da Morte dos Bichos e Terras do Feitiço*¹⁸. Mais uma vez Galvão arrecadaria um prémio, desta vez não o primeiro da 1.ª categoria que foi atribuído por maioria à obra *Auá*, de Fausto Duarte, mas o 2.º prémio, por unanimidade, ao livro *Terras do Feitiço*¹⁹. Depois de dois anos seguidos a ser premiado, houve um intervalo entre 1935 e 1936 em que o 1.º prémio, da 1.ª categoria, foi para outros autores, neste caso para Guilhermina de Azevedo e João Augusto Silva, respectivamente com as obras *Feitiços e África. Da Vida e do Amor na Selva*²⁰. Mas no ano de 1937, aquando da realização do XI Concurso, Henrique Galvão voltaria novamente a concorrer com uma obra que simbolicamente intitulou *Sol dos Trópicos*. Perante um júri presidido pelo doutor Hernâni Cidade, foi decidido nesta edição não conceder o 1.º prémio, mas foi consensual que o 2.º fosse para o livro *Sol dos Trópicos*, de Henrique Galvão²¹. Interessante ressaltar que o 1.º prémio, da 1.ª categoria, só viria novamente a ser concedido em 1942, quando a obra *Homens sem Caminho*, do funcionário administrativo, mais tarde jornalista, Castro Soromenho, ganhou os 7.000\$00 atribuídos ao primeiro lugar de uma obra de ficção narrativa sobre a realidade colonial.

Qual a razão para o júri distinguir esta obra e novamente o seu autor, o tenente Galvão? Segundo Alberto Oliveira Pinto, este escritor “reincide nos arquétipos sociais que já desenvolvera na sua obra anterior, embora modificando aparentemente os cenários e as personagens”²². E a obra anterior que este investigador se estava a referir era *O Velo d’Oiro*, premiada em 1933, muito embora os cenários e as personagens se tivessem agora alterado. Assim, o mito pelo “eldorado africano” mantinha-se e ideologicamente recolhia simpatias junto do júri, maioritariamente constituído por professores da Escola Superior Colonial e da Faculdade de Letras de Lisboa, para quem África, naquela conjuntura, era a “jóia” do regime que necessitava urgentemente de ser explorada, povoada, desbravada e colonizada por emigrantes e capitais nacionais, para dessa forma evitar a cobiça de metrópoles mais poderosas, que estavam sedentas de aumentar o seu território ultramarino à custa do património colonial português.

Deste modo, para divulgar e propagar as virtualidades desse “património” tropical, nada melhor do que premiar obras que criassem no leitor o interesse e o afecto por esses territórios. E Angola era, por conhecimento próprio, a “menina bonita” do tenente Galvão, porque na maioria das obras que escreveu essa possessão servira quase sempre de cenário à trama e ao evoluir das suas personagens. Em o *Sol dos Trópicos*, a

¹⁸ Vide “VIII Concurso de Literatura Colonial” in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Maio de 1934, n.º 107, p. 270.

¹⁹ Vide “Concurso de Literatura Colonial” in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Dezembro de 1934, n.º 114, pp. 186-188.

²⁰ Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas – 1926 a 1968” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, N.º 525, Março de 1969, pp. 33-46, especialmente pp. 35-36. Também, “X Concurso de Literatura Colonial – Actas das reuniões do júri (1.ª, 2.ª e 3.ª categorias) in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Agosto-Setembro de 1936, n.ºs 134-135, pp. 108-112.

²¹ Vide “XI Concurso de Literatura Colonial – actas das reuniões do júri da 1.ª e 2.ª categorias” in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Maio de 1938, n.º 151, pp. 94-98, especialmente p. 96.

²² Alberto Oliveira Pinto “O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das...”, *ob. cit.*, p. 226.

personagem principal chamava-se Venâncio, provinha da região das Beiras, licenciara-se em Direito, gostava de Literatura, exercia a advocacia, aspirava seguir uma carreira política, ensaiava os primeiros passos como empresário, numa empresa que acabaria por entrar na falência. Com tantas expectativas goradas, Venâncio seria o modelo do português frustrado e desiludido da vida que via como única escapatória a uma carreira de insucesso na Europa, emigrar para África, lá longe nesse continente mítico onde a família, colegas e amigos não mais saberiam dele, nem das suas desgraças, até aos últimos dias da sua existência.

Entretanto após o início da Segunda Guerra Mundial, apenas em 1942 se atribuiu o 1.º prémio, da 1.ª categoria, à obra de Castro Soromenho, *Homens sem Caminho*, só voltando a ser atribuído este prémio em 1944 à obra *Na Pista do Marfim e da Morte*, de Ferreira da Costa. Depois, entre 1945 e 1951, os prémios iam para *Terra Conquistada*, de Correia de Matos, em 1945, *Sangue Cuanhama*, de António Pires, em 1948, *Julgareis Qual É Mais Excelente*, de Gastão de Sousa Dias, em 1949, *Alvorada de Agosto*, de Luís Teixeira, em 1950. Entre 1938 e 1943 os júris do Concurso de Literatura Colonial não encontraram obras capazes de lhes ser concedido o primeiro prémio, pelo que só se atribuíram segundos prémios e mesmo estes, apenas a partir de 1939 a Castro Soromenho, com *Nhari-O Drama da Gente Negra*; em 1940, a Emílio Castelo Branco, com a *Terra da Esperança*; em 1941, a Augusto Casimiro, com *Portugal Crioulo*; em 1942, a Fausto Duarte, com *A Revolta*; em 1943, a Castro Soromenho, com *Rajada*. Depois em 1944 não foi atribuído o 2.º prémio, da 1.ª categoria, retomando a atribuição deste prémio em 1945 a Ferreira da Costa, com a *Pedra do Feitiço*. Em 1946 não houve distribuição de prémios em todas as categorias, voltando a Agência Geral das Colónias a distinguir autores ultramarinos em 1947, com a concessão do 2.º prémio, da 1.ª categoria, a Ávila de Azevedo, com *A Grande Travessia Africana de Capelo e Ivens*; em 1948, a Luís Silveira, com *A Derradeira Aventura de Paulo de Lima*; em 1949, a António Pires, com *Luiana*; em 1950, a Rodrigues Júnior, com *África Terra de Promissão*; em 1951, a Márcia Ivens Ferraz, com *Sozinho no Mato*²³.

Mas o evento da Agência Geral das Colónias não se destinava só a premiar criações de narrativa ficcional, e nas 2.ª e 3.ª categorias a instituição pretendia ainda, com a mesma idiossincrasia sobre colonização e povoamento luso nos trópicos, distinguir trabalhos ligados à história e etnografia (2.ª categoria) e ainda à literatura científica (3.ª categoria). Logo o Concurso de Literatura Colonial desde a reestruturação de 1932 premiaria, entre 1933 e 1951, um conjunto de obras sobretudo ligadas à história e etnografia pois, como já vimos na literatura científica (3.ª categoria), nesse hiato de tempo, apenas distinguiu cinco já anteriormente referidas relativas a aspectos geográficos, linguísticos e de medicina²⁴. Quanto à 2.ª categoria, as obras a concurso nesta área das ciências sociais estiveram a par de outras enviadas para concorrerem ao prémio da 1.ª categoria, na área da ficção narrativa. Muitos autores, alguns deles já premiados na 1.ª, voltariam de novo a ser premiados nesta 2.ª categoria, como foi o caso de Henrique Galvão, Gastão de Sousa Dias, Ferreira Martins. As obras entretanto distinguidas pelo júri tinham a ver

²³ Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas – 1926 a 1968” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, n.º 525, Março de 1969, pp. 36-41.

²⁴ Vide “XXV Concurso de Literatura” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, Janeiro de 1952, n.º 319, pp. 238-239.

com realidades coloniais diferenciadas, podendo-se encontrar temáticas históricas que iam desde aspectos generalistas como a história colonial, a biografias de descobridores, missionários e vice-reis, até temáticas específicas que abordavam a história de cada uma das colónias do Império português. No que dizia respeito a trabalhos de investigação etnográfica, a temática também era ampla e diversa, contemplando os usos e costumes mais variados de cada uma das principais possessões lusas, destacando-se, pela sua originalidade, aspectos associados a viagens sertanejas, a sociedades secretas indígenas, a aventuras cinegéticas, à mulher oriental.

Entretanto nos anos de 1952 e de 1953 não se realizaram os concursos de literatura da Agência Geral do Ultramar, facto este que adivinhava, entre outras causas, uma crise na produção de livros sobre temática tropical e aspectos inadequados na regulamentação do Concurso. A não realização deste evento literário não era caso único e, desde a sua criação em 1926, não se tinham realizado as edições de 1932, ano em que o regime estadonovista do dr. Oliveira Salazar chegara ao poder e que levaria o novo ministro das Colónias dr. Armindo Monteiro a fazer uma reformulação na Agência Geral das Colónias e indirectamente também no certame que atribuía estes prémios. No ano de 1946, por motivos de escassez de obras com qualidade, o júri entendera não conceder os prémios nas três categorias a concurso. O facto do início da década de cinquenta, do século passado, ter visto interromper um Concurso que já realizara vinte e cinco edições e premiara dezena de autores que haviam escrito sobre a problemática ultramarina, fazia prever, uma vez mais, uma reestruturação na orgânica destes certames, agora sobre iniciativa do ministro do Ultramar, comandante Sarmento Rodrigues.

E afinal quais foram os aspectos que a Portaria N.º 14.691 reformulara e que vieram dar nova “elasticidade” ao regulamento que havia vigorado durante duas décadas? No preâmbulo do documento legislativo transcrito pelo *Boletim Geral do Ultramar* N.º 343, de Janeiro de 1954²⁵, o legislador explicava o historial do certame desde a última reorganização encetada pelo ministro Armindo Monteiro em 1932, e depois passava a analisar as modificações entretanto introduzidas a nível da designação dos prémios, das áreas a concurso, do nome dos patronos, do montante a desembolsar, e das possibilidades de edição das obras premiadas. Assim criavam-se quatro novos prémios que recebiam os nomes de figuras da literatura portuguesa, que ao Ultramar consagraram a maior parte da sua obra: «Camilo Pessanha», para a poesia; «Frei João dos Santos», para o ensaio (sociológico, etnográfico ou de temas relacionados com o conhecimento do homem); «Fernão Mendes Pinto», para a novelística (romance, conto ou novela); e «João de Barros», para a história. Segundo as considerações do legislador estas denominações simbólicas teriam a ver com os seguintes aspectos: “... Camilo Pessanha é um dos raros poetas autênticos que ao Ultramar dedicou quase inteiramente a vida”; que a «Etiópia Oriental», de Frei João dos Santos, publicada em 1609, é, em data, o primeiro ensaio etnográfico sobre os indígenas de África; que a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto é já um primeiro passo na recriação literária de experiências, o que muito a aproxima da obra de ficção; e que João de Barros foi, por certo, um dos maiores cultores de historiografia ultramarina”²⁶.

²⁵ Vide “Concurso de Literatura Ultramarina – Portaria n.º 14.691” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, Janeiro de 1954, n.º 343, pp. 111-117, especialmente pp. 113-117.

²⁶ *Idem, Ibidem*, p. 113.

O primeiro certame após estes “novos preceitos reguladores dos concursos literários da Agência Geral do Ultramar”, o XXVI, realizara-se ainda em 1954. Perante um júri presidido pelo dr. Braga Paixão atribuíra os prémios de poesia «Camilo Pessanha», e de História «João de Barros», aos livros *Portugal Atlântico – Poemas de África e do Mar*, e *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique – 1753-1763*, respectivamente da autoria de Augusto Casimiro e de Alexandre Lobato²⁷. Entretanto até 1969, altura em que o Concurso foi outra vez reformulado, os certames realizaram-se anualmente e foram premiando alternadamente cada um das quatro modalidades. No prémio de poesia «Camilo Pessanha» foram distinguidos autores como Jorge Barbosa, Raimundo Soares, Geraldo Bessa Victor, António de Sousa Freitas, Nuno Miranda, Mário António, Glória de Sant’ Ana, Amândio César, Armor Pires Mota, Maria Teresa Galveias, Ruy Cinatti. De salientar que Nuno Miranda venceria por duas vezes este prémio, primeiro em 1960, com a obra *Cais de Ver Partir*, e três anos depois, em 1963, com o *Cancioneiro da Ilha*. Importante referir que o prémio foi concedido com muita regularidade e que apenas em dois anos, 1959 e 1965, por falta de obras com qualidade se não distinguiu nenhum autor.

Relativamente ao prémio «Fernão Mendes Pinto» para a 3.ª modalidade, Novelística, entre 1954 e 1968 foram também reconhecidas muitas obras em prosa sobre a temática ultramarina, comprovando-se, à semelhança da Poesia, que quase todos os anos houve obras a concurso com qualidade, e que as únicas excepções em que o júri não vislumbrou nenhuma obra merecedora do prémio foi nos anos de 1954, 1958, 1961, 1962 e 1964. Com este facto ficava comprovado que escrever prosa sobre temática tropical era mais difícil do que escrever poesia, pois o júri da Agência Geral do Ultramar, o mesmo nas duas modalidades literárias, penalizou mais esta última, aumentando de dois para cinco os anos em que não concedeu o prémio a concurso. Verificamos ainda que nesta plêiade de prosadores ultramarinos premiados se encontravam muitos dos escritores da segunda metade do século XX que Amândio César, também um dos premiados, recenseou para o livro os *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*²⁸. E esses autores de muitos dos “parágrafos” desta outra literatura portuguesa eram nomes como Alexandre Barbosa, Amadeu Ferreira, Ferreira da Costa, Guilhermina de Azeredo, Manuel Ferreira, Manuel Lopes, Orlando de Albuquerque, Reis Ventura e Rodrigues Júnior. Também nesta modalidade houve um autor, Manuel Lopes, duas vezes premiado e que por sinal provinha de São Vicente, Cabo Verde, onde nasceu em 1907. Para além dos prémios «Fernão Mendes Pinto» atribuídos pela Agência Geral do Ultramar, nas edições de 1956 e 1959, respectivamente com as obras *Chuva Braba e Galo Cantou na Baía*, ganhou ainda com o seu romance *Flagelados do Vento Leste*, de 1959, o “Prémio Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde”, em 1968²⁹.

Quanto ao prémio «Frei João dos Santos», para a 2.ª modalidade, Ensaio, também foi uma das fórmulas que a instituição de propaganda do Ministério do Ultramar

²⁷ Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, p. 41.

²⁸ Amândio César, *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1971, 529 pp.

²⁹ Vide “O XXVIII Concurso de Literatura Ultramarina” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII, Fevereiro de 1957, n.º 380, pp. 263-266, especialmente p. 265.

arranjou para distinguir todos aqueles autores (metropolitanos e ultramarinos), que se devotaram ao estudo de assuntos sociológicos e etnográficos que realçassem o homem dos trópicos. Naquele período entre a reforma do ministro Sarmiento Rodrigues de 1954, e a do ministro Silva Cunha de 1969, foram premiadas em quase todos estes anos obras de investigação que analisavam os usos e costumes das populações da Guiné, Angola e Moçambique. Mas para além destes aspectos etnográficos, o júri deste certame da Agência Geral do Ultramar ainda distinguiu nesta modalidade obras de carácter sociológico ligadas à iconografia das cidades ultramarinas, ao sindicalismo africano, à religião, à literatura ultramarina e ao infanticídio em África. Nas quinze edições do prémio «Frei João dos Santos» para a modalidade de “Ensaio”, verificámos que apenas nos anos de 1954, 1955, 1961 e 1963 o prémio não foi concedido, notando-se este facto em todas as outras modalidades.

Desta forma, pudemos confirmar que os anos em que menos obras foram distinguidas pela Agência Geral do Ultramar foram os anos de 1954, 1955, 1958, 1959, 1961, 1962 e 1966, facto que tinha a ver, entre outras causas, com a reestruturação deste concurso literário pelo ministro Sarmiento Rodrigues, com as eleições presidenciais e a candidatura de Humberto Delgado, com a reestruturação do Ministério do Ultramar, pelo ministro Adriano Moreira, com o início da guerra colonial em Angola e o generalizar da guerra às restantes colónias (Guiné e Moçambique). Com este prémio emergira uma plêiade de novos etnólogos e antropólogos especializados em problemáticas sobre as principais colónias africanas como António Carreira e Augusto Silva para a Guiné; Eduardo dos Santos, José Redinha e Morais Martins para Angola; e Luís Polonah para Moçambique. Também foram reconhecidas, nesta mesma modalidade, personalidades de mérito na Sociologia e noutras Ciências Sociais, como Amândio César, Luís Silveira, Maria Benedita Araújo e Mário Murteira.

No que dizia respeito ao «Prémio João de Barros», para a 4.^a modalidade, “História”, no período compreendido entre 1954 e 1968, estipulava o concurso literário da Agência Ultramarina um prémio no valor de 15.000\$00, o quantitativo mais elevado destes prémios, pois as outras três modalidades apenas eram contempladas com prémios no valor de 10.000\$00. Nas quinze edições entretanto realizadas, a Agência apenas concedeu prémios oito vezes, nos anos de 1954, 1957, 1960, 1961, 1963, 1964, 1965, 1968. O facto deste prémio de investigação sobre o passado do património colonial português apenas ter sido concedido em oito edições, não tendo encontrado obras nas outras sete, comprovava a ausência de estudiosos que se dedicassem a investigar a presença lusíada nessas paragens. Comprovava também que o maior índice de prémios foi concedido na década de sessenta a um conjunto de historiadores, alguns dos quais ainda vivos, como é o caso do doutor Hermano Saraiva que, em 1963, com a obra *Formação do Espaço Português*, recebeu o prémio que homenageava o autor das crónicas referentes aos feitos dos portugueses na Índia³⁰. Para além de Saraiva, foram galardoados com este prémio autores como Alexandre Lobato, Avelino Teixeira da Mota, Jofre do Amaral Nogueira, José Machado Lourenço, Luís Ferrand de Almeida, Manuel dos Anjos da Silva Rebelo, com obras ligadas à história dos territórios de Angola, Brasil e

³⁰ Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968”, in: *Boletim Geral do...*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, pp. 41-46.

Moçambique, havendo mesmo uma obra do padre Machado Lourenço que estudara um “mártir” do Japão, o beato João Baptista Machado de Távora³¹.

Entretanto pela Portaria n.º 24.013, de 3 de Abril de 1969, assinada pelo ministro Silva Cunha, o Concurso de Literatura Ultramarina foi novamente alterado, pelos motivos que o preâmbulo do referido documento enunciava e que tinham a ver com algumas alterações à Portaria n.º 14.691, que vinha já desde 4 de Janeiro de 1954. E uma das actualizações dizia respeito à criação de um prémio que distinguisse a melhor reportagem a apresentar sobre terras ultramarinas lusas e que pudesse homenagear a mítica personagem do autor da “carta” que relatava a descoberta do Brasil, Pêro Vaz de Caminha. De acordo com as considerações apresentadas no preâmbulo desta Portaria, as razões que levaram o ministro do Ultramar a propor este prémio relacionavam-se com o facto de Caminha na sua “famosa” carta nos dar “o exemplo de um flagrante relato como testemunha directa de um grande acontecimento da nossa história ultramarina”.³²

A partir de 1969, e já com o prémio de “Reportagem” regulamentado como quinta modalidade, o Concurso de Literatura Ultramarina já em plena fase marcelista do Estado Novo, a uns meses do final da publicação do periódico, a Agência Geral do Ultramar entrava no último quinquénio da atribuição destas distinções às principais obras produzidas em Portugal sobre os territórios de Além-Mar. Na 1.ª modalidade, “Poesia”, foram distinguidas com o prémio «Camilo Pessanha», obras como *Saudade Macua*, de Jorge Ferreira, em 1969; *Uma Sequência Timorense*, de Ruy Cinatti, em 1971; *Guitarra em Madeira de Asa*, de António Navarro, em 1974; na 2.ª modalidade, “Ensaio”, foram distinguidas com o prémio «Frei João dos Santos», obras como *Povo Flogá*, de Fernando Reis, em 1969; *Religiões de Angola*, de Eduardo dos Santos, em 1970; *No Mundo dos Cabindas* (2 volumes), do padre José Vaz; na 3.ª modalidade, “Novelística”, nestes cinco anos foram distinguidas com o prémio «Fernão Mendes Pinto», obras como *Crepúsculo na Alvorada*, de Maurício Soares, em 1970; *Eu, Caçador, e Tu, Impala*, de Nuno Bermudes, em 1971; na 4.ª modalidade, “História”, foram distinguidas com o prémio «João de Barros», obras como *Panaria Cabo-Verdiana e Guineense*, de António Carreira, em 1969; *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro*, Idem, António Carreira, em 1970; *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, Idem, António Carreira, em 1971; *Os Capitães – Mores em Angola no Século XVIII: Subsídio para o Estudo da sua Actuação*, de Carlos Couto, em 1972; na 5.ª modalidade, “Reportagem”, foram distinguidas com o prémio «Pêro Vaz de Caminha», obras como *Moçambique, – Noite, Guerra e Paz*, de Guilherme Melo, em 1969; *O Terrorismo não Impediu a Dinamização da Economia* (Crónicas Publicadas no Jornal “O Estado de São Paulo”), de João Alma das Neves, em 1971;

³¹ Idem, “Concursos de Literatura...Prémio João de Barros – 15.000\$00 – «O Beato João Baptista Machado de Távora, Mártir do Japão – padre José Machado Lourenço”, *Ibidem*, *Boletim* n.º 525, Março de 1969, p. 45.

³² Vide “Portaria N.º 24.013 de 3 de Abril de 1969” in: *Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, 1969, pp. 13-19, especialmente p. 15. Também, “Artes e Letras: Novo Regulamento do Concurso de Literatura Ultramarina” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Abril de 1969, n.º 526, pp. 133-134.

Hora de Esperança, de A. Rego Cabral, de 1974. Em 1970 este prémio de reportagem não recebera concorrentes³³.

De salientar também que a Agência Geral do Ultramar instituíra em 1960, no ano das comemorações oficiais do Infante Dom Henrique, um outro prémio importante que servia para galardoar trabalhos que realçassem o sentido imperial da história portuguesa. Assim, a Portaria n.º 17.676, de 15 de Abril de 1960³⁴, assinada pelo ministro do Ultramar Vasco Lopes Alves formalizava essa distinção sobre uma obra que representasse o Portugal “uno” e “grande” tal como o concebera D. João II, que foi escolhido pelo regime do Estado Novo para ser o patrono de um prémio que ao mesmo tempo homenageava essa figura tutelar da história expansionista, mas também congregava o espírito ultramarino dos anteriores cinco prémios para cada uma das modalidades representadas. Nas considerações à portaria ministerial ficava bem explícita a oportunidade de realçar a memória imperial, através da comemoração do centenário do mentor desta saga portuguesa, o Infante D. Henrique, no ano de 1960. Aproveitava-se ainda a data das comemorações Henriquinas para distinguir o executor dessa política expansionista, numa altura em que a unidade pluriprovincial do Estado Novo claudicava face às determinações anticolonialistas da O.N.U. (Organização das Nações Unidas) e ao nascimento dos primeiros movimentos emancipalistas nas principais colónias portuguesas de África. Logo, este prémio surgia para reforçar junto da opinião pública esse elo entre os interesses metropolitanos e ultramarinos, e para a uma só voz realçar o direito histórico que Portugal considerava ter relativamente aos territórios que o monarca Quatrocentista havia planeado descobrir e conquistar. Apesar da importância do prémio criado a catorze anos do 25 de Abril de 1974, o mesmo não premiou muitas obras, nem teve a periodicidade para o qual apontava a Portaria inicial, e assim nesse intervalo de tempo apenas tivemos conhecimento da atribuição do mesmo em 1965, por sinal *exaequo*, tal como previa aliás o regulamento do mesmo, a duas obras cuja temática tinha a ver com Angola (*Angola Meio Século de Integração*) e com o Brasil (*O Rio de Janeiro no Século XVI*), respectivamente da autoria de dois professores universitários, João Pereira Neto e Joaquim Veríssimo Serrão³⁵.

³³ Vide “Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLVI, Janeiro/Junho de 1970, n.º 535, pp. 161-162.

³⁴ Vide “Prémio «D. João II»” in: *Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, Lda., 1969, pp. 7-12.

³⁵ Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968 – Ano de 1965”, in: *Boletim Geral do...*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, pp. 44-45.